

Colégio  
00001Sala  
0001Ordem  
0001

Fevereiro/2023



## Concurso Público para o Provimento de Cargos de Analista Judiciário Área Judiciária

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'H08', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Redação

### INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Que seja livre o que chegar, que seja doce o que ficar e que seja breve o que tiver que ir.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde à sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

#### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

#### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, códigos, manuais, notas ou impressos não permitidos, máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a sua Prova Discursiva-Redação a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos, para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao terminar a prova, chame o fiscal e devolva todo o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 8, baseie-se no texto abaixo.

**[Acerca da “Igualdade”]**

*“Liberdade, Igualdade, Fraternidade” foi o grito de guerra da Revolução Francesa. Hoje há disciplinas inteiras – ramos da filosofia, da ciência política e dos estudos jurídicos – que têm a “igualdade” como tema central de estudos. Todos concordam que a igualdade é um valor; ninguém parece concordar quanto ao que se refere o termo. Igualdade de oportunidades? Igualdade de condições? Igualdade formal perante a lei?*

*Estaremos falando de uma ideologia, a crença de que todos na sociedade **deveriam** ser iguais – claro que não em todos os aspectos, mas nos mais importantes? Ou será uma sociedade em que as pessoas **são** efetivamente iguais? O que isso significaria de fato, na prática, em ambos os casos? Que todos os membros da sociedade têm igual acesso à terra, ou tratam uns aos outros com igual dignidade, ou são igualmente livres para expor suas opiniões em assembleias públicas?*

*A igualdade seria o apagamento do indivíduo ou a celebração do indivíduo? Numa sociedade, por exemplo, em que os mais poderosos são tratados como divindades e tomam as decisões mais importantes, é possível falar em igualdade? E as relações de gênero? Muitas sociedades tratadas como “igualitárias” na verdade têm seu igualitarismo restrito aos homens adultos. Em casos assim, podemos falar em igualdade de gêneros?*

*Como não existe nenhuma resposta clara e consensual a questões desse tipo, o uso do termo “igualitário” tem levado a discussões infundáveis. Para alguns teóricos do século XVII, a igualdade se manifestava no estado da Natureza. Igualdade, pois, seria um termo definido por omissão: identificaria uma humanidade que pudesse estar livre depois de removidas todas as armadilhas da civilização. Povos “igualitários” seriam, pois, aqueles sem príncipes, sem juízes, sem inspetores, sem sacerdotes, possivelmente sem cidades, sem escrita ou sequer agricultura. Seriam sociedades de iguais apenas no sentido estrito de que estariam ausentes todos os sinais mais evidentes de desigualdade.*

*Não há dúvida, pensando-se sempre no ideal de “igualdade”, de que algo deu muito errado no mundo. Uma ínfima parte da população controla o destino de quase todos os outros, e de uma maneira cada vez mais desastrosa.*

(Adaptado de: GRAEBER, David, e WENGROW, David. **O despertar de tudo – Uma nova história da humanidade**. Trad. Denise Bottmann e Claudio Marcondes. São Paulo: Companhia das Letras, 2022, p. 91 a 94, *passim*)

1. A utilização do termo igualdade tem mostrado que esse conceito
  - (A) somente ganhou precisão rigorosamente objetiva ao longo da Revolução Francesa.
  - (B) tem sido objeto de várias áreas de conhecimento, sem consenso quanto ao seu sentido.
  - (C) apenas ganha sentido para esclarecer o que ocorre positivamente entre os gêneros.
  - (D) tem sido objeto de discussões infundáveis porque ninguém lhe reconhece um valor prático.
  - (E) teve plena vigência somente entre os primitivos que reconheciam o valor da natureza.

---

2. Segundo alguns teóricos do século XVII (4º parágrafo), a igualdade
  - (A) só ocorreria no caso de supressão do que consideravam obstáculos criados pela própria civilização.
  - (B) seria alcançada somente quando os homens aperfeiçoassem com todo o rigor suas mais caras instituições.
  - (C) teria alcançado seu esplendor ao tempo em que o cultivo da natureza inspirava a conduta social de todos.
  - (D) teria se tornado um valor abstrato por conta das revoluções que suprimiram suas formas objetivas de vigência.
  - (E) constituiria um ideal tão alto que será preciso aguardar a ocasião historicamente propícia para sua efetivação.

---

3. Na pergunta **A igualdade seria o apagamento do indivíduo ou a celebração do indivíduo?**, o autor
  - (A) articula uma relação de causa e efeito entre os termos que a constituem.
  - (B) indaga sobre o que seria um natural desenvolvimento das práticas igualitárias.
  - (C) considera os extremos antagônicos relativos ao entendimento de um mesmo conceito.
  - (D) levanta a hipótese de que haja duas possibilidades alternáveis dentro de uma prática.
  - (E) sustenta uma relação de antagonismo entre os que vivenciam um mesmo ideal.

---

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
  - (A) *têm a “igualdade” como tema central de estudos* (1º parágrafo) = trabalham de modo igualitário um conceito essencial
  - (B) *tratam uns aos outros com igual dignidade* (2º parágrafo) = fazem-se dignos do mesmo tratamento
  - (C) *igualitarismo restrito aos homens adultos* (3º parágrafo) = restrição de igualdade entre os mais bem formados
  - (D) *resposta clara e consensual a questões desse tipo* (4º parágrafo) = solução límpida para as dissensões de tal ordem
  - (E) *estariam ausentes todos os sinais mais evidentes* (4º parágrafo) = não se apresentariam os traços mais visíveis



5. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Não correspondem aos conceitos defendidos pelos revolucionários franceses nenhuma prática moderna plenamente objetiva.
  - (B) Restam aos que ainda se proponham a bem definir o que seja igualdade o desafio de comprová-la nas vivências sociais.
  - (C) Não deve satisfazer a um defensor intransigente da igualdade entre os homens as convicções abstratas dos idealistas.
  - (D) Por mais dúvidas que se coloquem diante do conceito de igualdade, não se apaga o ânimo dos humanistas esperançosos.
  - (E) Deverá sobrevir como efeito imediato do fim das práticas autoritárias as práticas possíveis de um real igualitarismo.
- 
6. Transpondo-se para a voz **ativa** a frase **os mais poderosos são tratados como divindades**, a forma verbal obtida deverá ser
- (A) tratam-se
  - (B) tratam
  - (C) devem ser tratados
  - (D) tratar-se-ão
  - (E) podem tratar-se
- 
7. É plenamente adequada a pontuação da seguinte frase:
- (A) Diga-me, então: se você acha de fato pertinente esse quadro de definições, do termo “igualdade”.
  - (B) Eu desejaria saber qual a dificuldade, que se apresenta, desde sempre para se definir o que é igualdade?
  - (C) Sem dúvida não há consenso: devido ao fato de um conceito como este ser, dúbio já na raiz.
  - (D) Há ainda os que esperam, apesar de tudo, que um dia se estabeleça, como prática real, um efetivo igualitarismo.
  - (E) O conceito de igualitarismo, desde sempre vacilante aguarda, que sua prática, enfim venha a se dar, entre os que nele confiam.
- 
8. A frase *o uso do termo “igualitário” tem levado a discussões infundáveis* permanecerá gramaticalmente correta caso se substitua o elemento sublinhado por
- (A) tem sido propiciado de
  - (B) vem ensejando
  - (C) abrange-se em
  - (D) investe-se para
  - (E) conclama à essas
- 

**Atenção:** Para responder às questões de números 9 a 13, baseie-se no texto abaixo.

### Encenação da morte

*A vida nos quer, a morte nos quer. Somos o resultado da tensão ocasionada pelas duas forças que nos puxam. Esse equilíbrio não é estável. Amplo, diverso e elástico é o campo de força da vida, e vale a mesma coisa para o campo da morte. Se ficamos facilmente deprimidos ou exaltados é em razão das oscilações de intensidade desses dois campos magnéticos, sendo o tédio o relativo equilíbrio entre os dois.*

*Às vezes é mais intensa a pressão da vida, outras vezes é mais intensa a pressão da morte. Não se quer dizer com isso que a exaltação seja a morte e a depressão seja a vida. Há exaltações e exaltações que se polarizam na morte, assim como há sistemas de depressão que gravitam em torno da vida. O estranho, do ponto de vista biológico, é que somos medularmente solitários com ambos os estados de imantação mais intensa, os da vida e os da morte. Não aproveitamos apenas a vida, mas usufruímos também as experiências da morte, desde que essas não nos matem.*

*Ganhei várias vezes da morte, isto é, inúmeras vezes os papéis que a morte representou para mim não chegaram a ser convincentes ou não chegaram a fazer grande sucesso. Matei várias mortes. (...) Mas outro dia dei dentro de mim com uma morte tão madura, tão forte, tão irrespondível, tão parecida comigo que fiquei no mais confuso dos sentimentos. Esta eu não posso matar, esta é a minha morte. O Vinícius de Moraes, que entende muito de morte, disse que nesse terreno há sempre margem de erro, e que talvez eu tenha ainda de andar um bocado mais antes de encontrar a minha morte. Pode ser. Não sei. Quem sabe?*

(Adaptado de CAMPOS, Paulo Mendes. **Os sabiás da crônica. Antologia**. Org. Augusto Massi. Belo Horizonte: Autêntica, 2021, p. 246-248, *passim*)

9. Ao situar especificamente a *tensão ocasionada pelas duas forças que nos puxam*, no início do texto, o cronista está se referindo a um fenômeno que expressará em outro lugar como
- (A) estados de imantação mais intensa.
  - (B) diverso e elástico é o campo da vida.
  - (C) somos medularmente solitários.
  - (D) há sempre uma margem de erro.
  - (E) talvez eu tenha ainda de andar um bocado.
-



10. Ao afirmar *Matei várias mortes*, o cronista está sugerindo que
- (A) superou bravamente todos os riscos de morrer.
  - (B) encenou a própria morte para sentir como seria.
  - (C) venceu os desafios de uma ilusória fatalidade.
  - (D) imaginou morrer quando nada o ameaçava.
  - (E) supôs ter morrido num estado de delírio.
- 
11. Considerando-se o contexto, um segmento do texto tem seu significado bem interpretado em:
- (A) *Ampla, diverso e elástico é o campo de força da vida* (1º parágrafo) = O campo de força da vida é previsível em sua singularidade.
  - (B) *nesse terreno há sempre margem de erro* (3º parágrafo) = em assuntos como esse é fatal que nos equivoquemos.
  - (C) *há sistemas de depressão que gravitam em torno da vida* (2º parágrafo) = sobrevém a depressão quando nos entregamos aos instintos de viver.
  - (D) *usufruímos também as experiências da morte* (2º parágrafo) = gerenciamos sobretudo uma vivência da eternidade.
  - (E) *sendo o tédio o relativo equilíbrio entre os dois* (1º parágrafo) = ocorre o tédio quando somos atraídos por ambos os campos.
- 
12. Ao longo do texto o autor se vale de vários **paradoxos**, tal como o que ocorre na seguinte formulação:
- (A) *Somos o resultado da tensão ocasionada pelas duas forças que nos puxam.*
  - (B) *oscilações de intensidade desses dois campos magnéticos.*
  - (C) *Às vezes é mais intensa a pressão da vida*
  - (D) *usufruímos também as experiências da morte, desde que essas não nos matem.*
  - (E) *O Vinícius de Moraes (...) disse que nesse terreno há sempre margem de erro.*
- 
13. Ao tratar da morte, o cronista atribui à morte um poder de imantação tal que acaba por identificar a morte como uma força que, paradoxalmente, exerce uma estranha atração até mesmo sobre os que temem a morte.
- Evitam-se as viciosas repetições do período acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) atribui-lhe – identificá-la – a temem
  - (B) lhe atribui – identificar a ela – lhe temem
  - (C) atribui-lhe – a identificar – temem-lhe
  - (D) atribui nela – lhe identificar – temem-na
  - (E) a atribui – identificar-lhe – a temem

**Atenção:** Para responder às questões de números 14 a 17, baseie-se no texto abaixo.

### Uma visita

*Era já no fim da tarde quando a moça – muito linda, mas muito aflita –, de nome Francisca Bastos Cordeiro, foi entrando pela porta entreaberta do chalé, seguiu direto ao quarto (antiga sala de costura da casa, ao tempo em que sua dona era viva), onde encontrou, estendido e frágil numa pequena cama de ferro, aquele homem, muito velhinho já, agonizante quase, que lhe fora bom companheiro em noites idas de sua infância, quando com ela jogava o sete e meio e lhe ensinava a recitar poemas na casa de sua avó.*

*– Vim vê-lo, foi dizendo a moça, inventando uma alegria na voz que lhe disfarçasse a emoção. Estou com muitas saudades suas. E o senhor, não está com saudades de mim?*

*– Estou, sim – disse o velho, numa voz muito cava e muito triste. Estou com saudade da vida.*

*No dia seguinte morria Machado de Assis. A tarde era a de 28 de setembro de 1908. A rua era a do Cosme Velho.*

(Adaptado de: MELLO, Thiago de. **Escritor por escritor – Machado de Assis por seus pares – 1939-2008**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2019, p. 278-279)

14. As informações que identificam *aquele homem, muito velhinho já, agonizante quase*, surgem tão somente no fecho do texto. Como efeito desse procedimento,
- (A) a visita comovida da moça se explica plenamente em virtude da celebridade do moribundo, a quem ela foi prestar homenagem.
  - (B) reverencia-se melhor a humildade com que um célebre escritor acolhia admiradores de sua importante obra literária.
  - (C) toda a visitação acaba marcada pela razão simples da profunda amizade que ligava a moça a um seu velho amigo.
  - (D) fica a impressão de que a visitante desconhecia a real importância histórica daquele seu amigo agonizante.
  - (E) a declinação do nome completo da moça não deixa dúvida em qualquer leitor quanto a quem seja o doente visitado.



15. – Vim vê-lo, foi dizendo a moça, estou com muitas saudades suas. E o senhor, não está com saudades de mim?

Transpondo o texto acima para o **discurso indireto**, ele deverá ficar:

**A moça foi dizendo que...**

- (A) fora visitá-lo, por estar com muitas saudades dele, se ele também estava com as mesmas saudades suas.
- (B) estou vindo pra lhe visitar, que estou com muitas saudades suas, e se ele também estava com as mesmas.
- (C) tinha vindo para lhe ver, e que estava com muitas saudades dele, tanto quanto ele as tinha por ela.
- (D) fora vê-lo por ter estado com saudades dele, e se o senhor também estava com muitas saudades dela.
- (E) tinha ido vê-lo, que estava com muitas saudades dele, e se ele também não estaria com saudades dela.

16. Está plenamente adequada a correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:

- (A) A moça fora visitar o soberbo escritor em respeito à amizade que desde os tempos de sua meninice cultivasse com ele.
- (B) Foi tocante a sinceridade das palavras que o grande escritor Machado de Assis houvera dito assim que a moça lhe fez aquela confissão.
- (C) Caso não houvesse entre ambos uma antiga e sólida amizade, a cena de despedida não viesse a despertar a comoção final.
- (D) Mal faz a moça sua declaração de saudades e já ouve do mestre as palavras gratas e melancólicas de quem da vida se despede.
- (E) A moça disfarçaria sua emoção inventando uma alegria que o escritor recebera com a melancólica consciência de quem esteja à morte.

17. Ela encontrou estendido na cama, agonizante quase, aquele que lhe fora um valioso companheiro em noites idas de sua infância.

Numa nova redação, o período acima permanecerá gramaticalmente correto no caso de se substituir os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) à beira da agonia – cuja companhia fora preciosa
- (B) em eminente agonia – na qual companhia se enriquecera
- (C) à margem da agonia – a quem obtivera a rica companhia
- (D) relativamente agônico – de quem usufruía bom companheirismo
- (E) agonizando mesmo – de cujo valor de companhia tivera

### Matemática e Raciocínio Lógico

18. Um professor observou que em sua disciplina 70% dos alunos foram aprovados sem necessidade de fazer a prova de recuperação. Na prova de recuperação, ele verificou que compareceram apenas 90% dos reprovados na primeira avaliação e que todos os que compareceram foram aprovados. Sabendo-se que 3 alunos foram reprovados na disciplina, o total de alunos nessa disciplina era

- (A) 80
- (B) 100
- (C) 70
- (D) 200
- (E) 120

19. Abelardo gasta sua renda mensal da seguinte maneira: metade da renda é destinada para gastos fixos, tais como moradia e supermercado. Para os gastos variáveis, como lazer, ele destina 25% da renda, e com saúde ele gasta 15% de sua renda. O restante ele destina à sua poupança. Se no mês de novembro Abelardo poupou R\$ 1.200,00, sua renda nesse mês foi de

- (A) R\$ 12.000,00
- (B) R\$ 6.000,00
- (C) R\$ 24.000,00
- (D) R\$ 8.000,00
- (E) R\$ 10.000,00



20. Sabe-se que 10% da metade de um número mais 80% do dobro desse mesmo número vale 33. Esse número é:
- (A) 21
  - (B) 12
  - (C) 20
  - (D) 14
  - (E) 18
- 
21. João recebeu um aumento de 2% em sua remuneração semanal e Maria, que ganhava o dobro de João antes do aumento de 2%, recebeu um aumento de 10% em sua remuneração semanal. A soma das duas remunerações semanais após os respectivos aumentos é de R\$ 3.220,00. O valor da remuneração semanal de João antes do aumento era de
- (A) R\$ 780,00
  - (B) R\$ 720,00
  - (C) R\$ 1.360,00
  - (D) R\$ 1.200,00
  - (E) R\$ 1.000,00
- 
22. O valor da expressão  $\left(\frac{1}{3}\right)^{-1} + \left(\frac{2}{3}\right)^{-1} + \left(\frac{3}{3}\right)^{-1} + \left(\frac{4}{3}\right)^{-1}$  é:
- (A)  $\left(\frac{5}{2}\right)^2$
  - (B)  $\left(\frac{2}{5}\right)^2$
  - (C)  $\left(\frac{5}{3}\right)^{-1}$
  - (D)  $\left(\frac{5}{3}\right)^2$
  - (E)  $\left(\frac{3}{5}\right)^2$
- 
23. Dois números diferentes são escolhidos do conjunto  $\{1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9\}$ . Em relação aos dois números escolhidos, sabe-se que a soma deles é igual ao produto deles menos 2 e que a diferença entre eles é 2. A soma dos dois números escolhidos é:
- (A) 4
  - (B) 8
  - (C) 14
  - (D) 6
  - (E) 10
- 
24. Em uma turma de 60 alunos, 10 foram reprovados. Sabendo-se que a média dos alunos aprovados foi 8,5 e a média dos alunos reprovados foi de 3,4, a média da turma foi
- (A) 8,35
  - (B) 7,65
  - (C) 7,95
  - (D) 6,95
  - (E) 7,05
- 
25. João pediu emprestado R\$ 1.000,00 a serem pagos em 30 dias com acréscimo de 10%, mas como pagou antes do prazo recebeu desconto de 5% sobre o valor que deveria pagar. O valor pago pelo empréstimo foi de:
- (A) R\$ 1.105,00
  - (B) R\$ 1.005,00
  - (C) R\$ 1.045,00
  - (D) R\$ 1.255,00
  - (E) R\$ 1.095,00

**Legislação**

26. Nos termos do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, são inelegíveis aos cargos de Presidente e Vice-Presidente os Desembargadores que
- (A) respondam a Processo Administrativo Disciplinar, cuja instauração tenha sido determinada pelo Tribunal Pleno.
  - (B) tenham menos de 15 anos de efetivo exercício do cargo.
  - (C) tenham sido membros do Conselho Nacional de Justiça.
  - (D) tenham exercido esses cargos por três mandatos consecutivos.
  - (E) não tenham se licenciado do cargo nos últimos dez anos.
- 
27. Foram impetrados no Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região três *habeas corpus*: 1) contra ato do Tribunal; 2) contra ato de uma das Turmas; 3) contra ato de um Juiz do Trabalho. Conforme dispõe o Regimento Interno do referido Tribunal, processar e julgar esses *habeas corpus* compete, respectivamente,
- (A) ao Tribunal Pleno – à Turma – e à Turma.
  - (B) ao Tribunal Pleno – à Turma – e ao Juiz do Trabalho.
  - (C) ao Juiz do Trabalho – ao Juiz do Trabalho – e ao Juiz do Trabalho.
  - (D) ao Tribunal Pleno – ao Tribunal Pleno – e ao Tribunal Pleno.
  - (E) à Turma – à Turma – e à Turma.
- 
28. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, no que concerne às correições,
- (A) a realização da correição ordinária anual independe de afixação de edital por ser processo sigiloso.
  - (B) os trabalhos de correição extraordinária dispensam a comunicação prévia à unidade judiciária a que se destinar.
  - (C) a realização da correição parcial não pode ser instaurada de ofício.
  - (D) não há previsão legal para concessão de liminar.
  - (E) não há previsão legal para recurso das decisões proferidas pelo Corregedor Regional.
- 
29. Considere o seguinte histórico, referente a servidor no mesmo município:
- data da publicação do ato de provimento: 10/3/2022.
  - data da posse: 20/3/2022.
  - data da entrada em exercício: 30/5/2022.
- Nos termos constantes da Lei nº 8.112/1990, há ilegalidade, uma vez que
- (A) a data da posse não tem como referência a data da publicação do ato de provimento.
  - (B) a posse deve ocorrer no prazo de quinze dias contados da publicação do ato de provimento.
  - (C) a posse e a entrada em exercício devem ocorrer na mesma data.
  - (D) a entrada em exercício independe da data da posse.
  - (E) é de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.
- 
30. Nos termos da Lei nº 8.112/1990,
- (A) a remoção do servidor está condicionada à mudança de sede.
  - (B) a redistribuição é processo previsto para cargos de provimento efetivo e em comissão.
  - (C) o servidor estável inabilitado em estágio probatório relativo a outro cargo será submetido à recondução ao cargo anteriormente ocupado, desde que não provido.
  - (D) a reintegração é a reinvestidura do servidor estável ou em estágio probatório.
  - (E) a reversão é o processo que alcança servidores ativos e aposentados.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. Martina nasceu quando seus pais, brasileiros natos, faziam um intercâmbio para aprender inglês em um determinado país estrangeiro. Ela foi registrada em repartição brasileira competente e, logo após seu nascimento, seus pais com ela voltaram para o Brasil, onde residem até o momento. Martina irá completar dezoito anos e deseja fazer curso superior com o objetivo de, futuramente, exercer cargo da carreira diplomática no Brasil. De acordo com a Constituição Federal, baseando-se apenas nas informações fornecidas, com relação ao cargo pretendido, Martina poderá exercê-lo
- (A) independentemente de possuir nacionalidade brasileira.
  - (B) apenas se se naturalizar brasileira, pois que não é considerada brasileira nata.
  - (C) em razão de ser brasileira nata.
  - (D) apenas se optar pela nacionalidade brasileira depois que atingida a sua maioridade.
  - (E) apenas se seus pais tiverem feito a opção pela nacionalidade brasileira de Martina assim que chegaram no Brasil.
- 
32. De acordo com a Constituição Federal, compete à União, dentre outras possibilidades,
- (A) declarar a guerra e celebrar a paz, sendo uma de suas competências privativas a de legislar sobre o direito do trabalho.
  - (B) manter o serviço postal e o correio aéreo nacional, sendo que a competência para legislar sobre o direito do trabalho é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
  - (C) declarar a guerra e celebrar a paz, sendo que a competência para legislar sobre o direito do trabalho é concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.
  - (D) manter o serviço postal e o correio aéreo nacional, sendo que a competência para legislar sobre o direito do trabalho é comum da União, dos Estados e do Distrito Federal.
  - (E) declarar a guerra e celebrar a paz, sendo que a competência para legislar sobre o direito do trabalho é comum da União, dos Estados e do Distrito Federal.
- 
33. Jacinto foi eleito, em 2020, Prefeito do Município "X", estando em seu primeiro mandato, sendo que, em 2022, sua esposa, Eleonora, ganhou, pela primeira vez, as eleições para Governadora do Estado "XY", que engloba o Município "X". Nas eleições de 2024, Jacinto pretende tentar a reeleição. De acordo com a Constituição Federal, com base apenas nas informações fornecidas e considerando que as demais condições de elegibilidade foram atendidas, Jacinto
- (A) poderá se candidatar como pretende, pois não é inelegível para Prefeito, no território de jurisdição do Governador, o seu cônjuge, independentemente de ser candidato à reeleição.
  - (B) não poderá se candidatar como pretende, pois é cônjuge da Governadora do Estado que engloba o Município "X".
  - (C) poderá se candidatar como pretende apenas se renunciar ao cargo de Prefeito seis meses antes do pleito.
  - (D) poderá se candidatar como pretende, pois já é titular de mandato eletivo (Prefeito) e candidato à reeleição.
  - (E) não poderá se candidatar como pretende, salvo se Eleonora renunciar ao seu mandato de Governadora até seis meses antes do pleito.
- 
34. De acordo com a Constituição Federal, compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, dentre outros casos, o mandado de segurança contra ato
- (A) da Mesa da Câmara dos Deputados e o *habeas corpus*, quando o coator for Tribunal Superior.
  - (B) da Mesa da Câmara dos Deputados e o *habeas corpus* decidido em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
  - (C) de Ministro de Estado e o *habeas corpus* quando o coator for Tribunal Superior.
  - (D) da Mesa da Câmara dos Deputados e o *habeas data* contra ato de Comandante da Marinha.
  - (E) de Ministro de Estado e o *habeas data* contra o ato de Comandante do Exército.
- 
35. De acordo com a Constituição Federal, a incumbência para defender os direitos individuais daquele que comprovar a insuficiência de recursos é
- (A) da Advocacia Pública, representada pela Advocacia-Geral da União, em todos os graus, apenas judicialmente, de forma integral e gratuita.
  - (B) da Advocacia Pública, representada pela Advocacia-Geral da União, em todos os graus, judicial e extrajudicial, de forma integral e gratuita.
  - (C) de qualquer integrante da advocacia privada, pois o advogado é indispensável à administração da justiça, sendo, nesse caso, violável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.
  - (D) da Defensoria Pública, em todos os graus, apenas judicialmente, de forma integral e gratuita.
  - (E) da Defensoria Pública, em todos os graus, judicial e extrajudicial, de forma integral e gratuita.



**Direito Administrativo**

36. A conclusão da instrução do processo administrativo regido pela Lei federal nº 9.784/1999
- (A) enseja a faculdade de a Administração proferir decisão sobre o objeto do processo ou, alternativamente, sobrestar o trâmite do feito por até 90 dias, independentemente de oitiva do interessado ou de justificativa.
  - (B) pode autorizar a tomada de decisão coordenada, caso, por exemplo, seja necessária a participação de 3 ou mais órgãos da Administração e não se trate de processo sancionador.
  - (C) obriga a Administração a proferir decisão no prazo de 30 dias, sob pena de se considerar deferido o pleito, reconhecido o direito ou afastada a infração disciplinar imputada ao interessado.
  - (D) permite que, nos casos de processos disciplinares, a Administração solicite a participação de outras autoridades hierarquicamente superiores, para deliberação mediante decisão coordenada.
  - (E) dá lugar à fase decisória do processo, na qual a autoridade competente profere decisão ou, mediante justificativa, delega este ato a outros órgãos ou setores integrantes da mesma estrutura administrativa, para que seja adotada a chamada decisão coordenada.
- 
37. Dentre as alterações introduzidas pela Lei federal nº 14.230/2021, na Lei federal nº 8.429/92, destaca-se a
- (A) expressa previsão da responsabilização solidária dos representantes legais das pessoas jurídicas, quando a estas forem imputados atos de improbidade.
  - (B) extensão da responsabilização solidária aos sucessores, herdeiros e outros beneficiados pelo ato de improbidade praticado, desde que seja demonstrada dolo ou culpa do sujeito ativo principal.
  - (C) expressa exigência do elemento subjetivo dolo para extensão das disposições da lei aos particulares que induzirem ou concorrerem para a prática de ato de improbidade, ainda que não se enquadrem no conceito de agente público.
  - (D) exclusão da previsão de responsabilização de pessoas jurídicas, restringindo-se os efeitos da lei aos limites da participação dos respectivos representantes legais, em razão da exigência do aspecto volitivo dolo.
  - (E) exclusão da previsão de responsabilidade dos servidores públicos que não detenham vínculo funcional em razão de cargo efetivo ou emprego público.
- 
38. A contratação de uma parceria público-privada impõe à Administração Pública a observância de critérios previstos na Lei federal nº 11.079/2004, além de lhe facultar a previsão de disposições específicas, de forma que
- (A) a vigência contratual seja obrigatoriamente superior a 20 anos, como forma de garantir a amortização dos investimentos realizados pelo parceiro privado, com exceção dos contratos de concessão administrativa nos quais não haja previsão de aporte de recursos públicos, os quais podem ter vigência por prazo inferior.
  - (B) seja prevista, no contrato firmado, a repartição de riscos entre as partes, inclusive com tratamento sobre caso fortuito e força maior, inexistindo vedação para que estes sejam integralmente assumidos pelo parceiro público, sendo justificada a escolha.
  - (C) seja facultada a previsão contratual de exigência de garantias, a serem prestadas pelo parceiro privado e pelo parceiro público, proporcional aos valores envolvidos para a execução do contrato e para a realização dos aportes de recursos públicos.
  - (D) haja tratamento, no edital de licitação e no respectivo contrato, sobre a repartição de riscos entre as partes, não se admitindo integral assunção de responsabilidade pela Administração Pública, com exceção daqueles atinentes a caso fortuito e força maior, que não podem ser trespassados ao parceiro privado, em razão de disposição legal expressa.
  - (E) seja permitido à Administração Pública a realização de aporte de recursos exclusivamente para fins de aquisição de bens reversíveis, na medida em que referidos ativos serão transferidos ao poder concedente quando da extinção do contrato.
- 
39. Considerando a natureza jurídica dos atos administrativos e a competência para sua edição,
- (A) somente autoridades integrantes da Administração Pública podem proferi-los, na medida em que representam ou veiculam manifestação de vontade do Poder Executivo.
  - (B) somente os atos vinculados editados com vício de competência podem ser convalidados, não se admitindo convalidação de atos de natureza discricionária.
  - (C) são proferidos pelas autoridades indicadas pela legislação, não se admitindo convalidação de atos discricionários ou vinculados.
  - (D) podem ser editados por agentes públicos integrantes da estrutura da Administração Pública, mas também por integrantes do Poder Judiciário, quando no exercício de funções executivas típicas.
  - (E) os atos praticados com vício de forma ou de procedimento admitem convalidação, o que não se aplica ao vício de competência, porque insanável.



40. A apreensão de documentos pertencentes à pessoa jurídica, por agentes da Administração Pública durante ação de fiscalização de estabelecimentos em determinado segmento,
- (A) é expressão do princípio da eficiência, que, em razão de expressa previsão constitucional e de seu *status* hierarquicamente superior, prescinde de fundamento legal para o respectivo exercício.
  - (B) depende de expressa autorização judicial, diante da natureza cautelar da medida, o que excederia os limites da ação fiscalizatória disciplinar da Administração Pública.
  - (C) configura exercício do poder disciplinar, que submete não apenas os servidores públicos à autoridade administrativa, mas também os administrados à tutela estatal.
  - (D) é manifestação do poder normativo da Administração Pública, que pode editar atos normativos originários para fundamentar a adoção de ações e medidas cautelares repressivas em face dos administrados.
  - (E) configura legítima atuação do poder de polícia administrativa, que não dispensa a observância do contraditório em favor da empresa, admitido, contudo, de forma justificada, o diferimento desse exercício.

---

#### Direito do Trabalho

41. O princípio norteador do exercício do *jus variandi* pelo empregador, conforme disciplina a Consolidação das Leis do Trabalho é o
- (A) do *in dubio pro operario*, desde que haja acordo mútuo entre empregado e empregador, sendo irrelevante o resultado de prejuízo ao trabalhador.
  - (B) da ausência de prejuízo ao empregado, independente de haver ou não mútuo consentimento.
  - (C) da primazia da realidade, não sendo relevante o resultado de prejuízo ao empregado.
  - (D) da condição mais benéfica ao trabalhador, não sendo condição essencial a concordância do empregado.
  - (E) do mútuo consentimento, aliado ao da ausência de prejuízo, quer direto, quer indireto ao empregado.
42. Penélope e seu empregador, o Restaurante Cuccina, pretendem rescindir, por acordo mútuo, o vínculo empregatício que mantêm desde 10/10/2020. Sabe-se que Penélope possui saldo de R\$ 3.000,00 na conta do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Nesses termos, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, com relação ao FGTS, poderá a empregada sacar
- (A) o valor total de R\$ 3.000,00 da conta vinculada, mas a indenização sobre o saldo do FGTS ficará limitada a R\$ 960,00.
  - (B) até o valor de R\$ 1.500,00 da conta vinculada, e a indenização sobre o saldo do FGTS ficará limitada a R\$ 600,00.
  - (C) o valor total de R\$ 3.000,00 da conta vinculada, mas a indenização sobre o saldo do FGTS ficará limitada a R\$ 600,00.
  - (D) até o valor de R\$ 2.400,00 da conta vinculada, e a indenização sobre o saldo do FGTS ficará limitada a R\$ 600,00.
  - (E) o valor total de R\$ 3.000,00 da conta vinculada, mas a indenização sobre o saldo do FGTS ficará limitada a R\$ 720,00.
43. Poliana está prestando serviços em teletrabalho para o Banco Mediterrâneo. O seu empregador pretende fazer a reversão do trabalho da empregada para a modalidade presencial. Para que a mesma se efetive, conforme prevê a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) deve haver a concordância da empregada, além de ser respeitado o prazo mínimo de transição de 10 dias.
  - (B) é necessária a observância do prazo mínimo de transição de 15 dias, podendo ser realizada por ato unilateral do empregador.
  - (C) é imprescindível a concordância da trabalhadora, além de ser respeitado o prazo mínimo de transição de 15 dias.
  - (D) é necessária a observância do prazo mínimo de transição de 10 dias, podendo ser realizada por ato unilateral do empregador.
  - (E) não há necessidade de prazo de transição, desde que haja concordância da empregada.
44. Sócrates trabalha na empresa de segurança Alerta Máximo em jornada das 19 horas às 7 horas, exercendo as funções de vigilante ronda. Conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, o período laborado pelo empregado das
- (A) 22 horas às 6 horas será considerado noturno, e a sua remuneração em relação à hora diurna deve ser no mínimo em 15% a mais.
  - (B) 21 horas às 5 horas será considerado noturno, e a sua remuneração em relação à hora diurna deve ser no mínimo em 20% a mais.
  - (C) 21 horas às 4 horas será considerado noturno, e a sua remuneração em relação à hora diurna deve ser no mínimo em 15% a mais.
  - (D) 22 horas às 6 horas será considerado noturno, e a sua remuneração em relação à hora diurna deve ser no mínimo em 10% a mais.
  - (E) 22 horas às 5 horas será considerado noturno, e a sua remuneração em relação à hora diurna deve ser no mínimo em 20% a mais.



45. Tibério, de 60 anos, é empregado na empresa metalúrgica Açoforte, e seu empregador, para organização interna da empresa, pretende fracionar as suas próximas férias em 4 períodos, sendo um período de 10 dias, dois períodos de 7 dias e um período de 6 dias. Conforme prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, esse fracionamento é
- (A) irregular, porque para os empregados menores de 18 e maiores de 50 anos, as férias só podem ser concedidas em no máximo dois períodos, sendo um deles de no mínimo 20 dias corridos.
  - (B) possível, eis que atendido o requisito de ter no mínimo um período de 10 dias, para empregados com mais de 55 anos de idade.
  - (C) possível, desde que haja a concordância do empregado, na medida em que as férias podem ser concedidas em até 4 períodos, sendo um deles de no mínimo 10 dias.
  - (D) irregular, eis que as férias, desde haja concordância do empregado, pode ter seu período fracionado em até 3 períodos, sendo um deles de no mínimo 14 dias corridos.
  - (E) irregular, porque para os empregados menores de 18 e maiores de 55 anos, as férias só podem ser concedidas em no máximo três períodos, sendo um deles de no mínimo 15 dias corridos.
- 
46. Temístocles foi indicado pelo seu empregador para exercer cargo de direção na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA). Com base no que prevê o ordenamento jurídico brasileiro vigente, referido empregado
- (A) não possui garantia de emprego, pois esta é restrita a membros eleitos pelos empregados, desde o registro da candidatura até 1 ano após o término do mandato.
  - (B) é detentor de garantia de emprego, desde o início do mandato até 1 ano após seu término.
  - (C) goza de garantia no emprego, desde a sua indicação até 2 anos após o final de seu mandato.
  - (D) tem seu emprego garantido, desde sua aprovação no Conselho de Representantes da CIPA até 1 ano após o término do mandato.
  - (E) não possui garantia de emprego, pois esta é restrita a membros eleitos pelos empregados, desde o registro da candidatura até 2 anos após o término do mandato.
- 

#### Direito Processual do Trabalho

47. O Tribunal Regional do Trabalho julgou improcedente um dissídio coletivo de greve, condenando o Sindicato autor a uma multa de R\$ 100.000,00 por dia em caso de não restabelecimento das atividades consideradas essenciais. O autor pretende recorrer da decisão. Nessa hipótese, poderá interpor
- (A) recurso ordinário ao Tribunal Superior do Trabalho no prazo de 8 dias.
  - (B) recurso de revista ao Tribunal Superior do Trabalho no prazo de 10 dias.
  - (C) agravo de petição ao Tribunal Superior do Trabalho no prazo de 8 dias.
  - (D) recurso ordinário ao Tribunal Superior do Trabalho no prazo de 10 dias.
  - (E) recurso de revista ao Tribunal Superior do Trabalho no prazo de 8 dias.
- 
48. Arquimedes, tendo contratado advogado particular, teve julgada procedente a sua ação trabalhista proposta em face da sua empregadora, a empresa de segurança Águia de Ouro, tendo a Fazenda Pública do Estado de Goiás como litisconsorte, por ser a tomadora de serviços. O juízo condenou a empresa prestadora e, de forma subsidiária, a Fazenda Pública ao pagamento, além das verbas devidas decorrentes do contrato de trabalho, também de honorários sucumbenciais no importe de 20% do valor que resultar da liquidação de sentença. Analisando a hipótese em tela, à luz do que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, a sentença está
- (A) incorreta, na medida em que extrapola o limite máximo de 10%, nas hipóteses em que esteja presente a Fazenda Pública no polo passivo.
  - (B) incorreta, eis que no processo do trabalho não são devidos honorários sucumbenciais, ressalvada a situação de assistência judiciária pelo sindicato.
  - (C) incorreta, eis que o limite máximo de condenação em honorários sucumbenciais é de 15% do que resultar da liquidação de sentença.
  - (D) correta quanto ao limite máximo de 20% de honorários sucumbenciais, mas deve ser reformada a sentença quanto à Fazenda Pública, que não pode suportar tal condenação.
  - (E) correta, tanto em relação ao percentual, quanto em relação à Fazenda Pública, que também pode ser condenada em honorários sucumbenciais.
- 
49. O juízo do trabalho de Aparecida de Goiânia publica uma sentença em 3 de janeiro, condenando a empresa Terra Plana a pagar verbas rescisórias da sua ex-empregada Vênus. Pretendendo recorrer da sentença, com base no que prevê a Consolidação das Leis do Trabalho, a empresa deverá fazê-lo no prazo legal, contando-se o prazo a partir de
- (A) 7 de janeiro, quando voltam a fluir os prazos na Justiça do Trabalho, pois de 20 de dezembro a 6 de janeiro os prazos estão suspensos.
  - (B) 21 de janeiro, quando voltam a fluir os prazos na Justiça do Trabalho, pois de 20 de dezembro a 20 de janeiro, inclusive, os prazos estão suspensos.
  - (C) 7 de janeiro, quando voltam a fluir os prazos na Justiça do Trabalho, pois de 20 de dezembro a 6 de janeiro os prazos estão interrompidos.
  - (D) 20 de janeiro, quando voltam a fluir os prazos na Justiça do Trabalho, pois de 20 de dezembro a 20 de janeiro os prazos estão suspensos.
  - (E) 20 de janeiro, quando voltam a fluir os prazos na Justiça do Trabalho, pois de 20 de dezembro a 19 de janeiro os prazos estão interrompidos.
-



50. Cícero propôs ação trabalhista em face do seu ex-empregador, o Banco Poupe Aqui, perante a Vara do Trabalho da localidade em que reside, diante da facilidade e para ter o pleno acesso à Justiça. O réu pretende arguir exceção de incompetência territorial. Nessa situação, com base no que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho, deverá fazê-lo
- (A) no prazo para a juntada de contestação, em peça apartada.
  - (B) por escrito, ou ainda de forma oral, em audiência.
  - (C) no prazo de 5 dias a contar da notificação, antes da audiência.
  - (D) como matéria preliminar de defesa, dentro de 10 dias após a notificação.
  - (E) apenas por escrito, em audiência, onde o juiz dará a palavra à parte contrária e decidirá em 48 horas.

51. Considere as assertivas abaixo a respeito da Ação Civil Pública:

- I. A ação civil pública será distribuída no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.
- II. O Ministério Público, se não intervier no processo como parte, não atuará como fiscal da lei.
- III. O único requisito para uma associação ser legitimada para propor ação civil pública é estar constituída há pelo menos 1 ano.
- IV. Para instruir a inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, a serem fornecidas no prazo de 15 dias.
- V. A ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer.

Com base na legislação federal que rege a matéria, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e V.
- (B) I, IV e V.
- (C) I, II e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I, III e V.

52. De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, considere:

- I. Perpétua é empregadora doméstica.
- II. Circo Alegria é um empresa em recuperação judicial.
- III. Banco Atual é uma sociedade de economia mista.
- IV. Fundabem é uma Fundação Pública Estadual.
- V. Bem Me Quer é uma Autarquia Municipal.

Podem ser réus de reclamatória trabalhista submetida ao procedimento sumaríssimo o que consta APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e V.
- (C) I, II e III.
- (D) IV e V.
- (E) IV.

### Direito Civil

53. João e Paulo, maiores e capazes, agindo em conjunto, praticaram ato ilícito do qual resultaram danos a Letícia. De acordo com o Código Civil, a responsabilidade civil de João e Paulo pelos danos causados a Letícia
- (A) é solidária, mas um tem direito de regresso em face do outro, caso venha a arcar sozinho com a reparação.
  - (B) é solidária, inexistindo direito de regresso entre eles, ainda que um venha a arcar sozinho com a reparação.
  - (C) não é solidária, respondendo cada um deles limitada e proporcionalmente à importância da sua respectiva participação para a consumação dos danos.
  - (D) não é solidária, respondendo cada um deles limitada e proporcionalmente à importância do seu respectivo patrimônio.
  - (E) não é solidária, respondendo cada um deles pela metade dos danos causados, independentemente da importância das suas respectivas participações para a consumação dos danos ou dos seus patrimônios.

54. De acordo com o Código Civil, é possível perder a propriedade, entre outras causas, por

- (A) renúncia e abandono, mas não por perecimento da coisa.
- (B) renúncia e perecimento da coisa, mas não por abandono.
- (C) abandono e perecimento da coisa, mas não por renúncia.
- (D) renúncia, mas não por abandono ou perecimento da coisa.
- (E) abandono, renúncia e perecimento da coisa.



55. De acordo com o Código Civil, a anuência das partes à celebração dos negócios jurídicos em geral
- (A) depende, necessariamente, de declaração de vontade expressa, que deverá ser sempre formalizada por escrito, sob pena de não valer.
  - (B) depende, necessariamente, de declaração de vontade expressa, que tanto poderá ser formalizada por escrito quanto manifestada oralmente.
  - (C) só depende de declaração de vontade expressa nos casos em que a lei exigir instrumento público para a validade do negócio.
  - (D) pode ocorrer pelo silêncio, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.
  - (E) pode ocorrer pelo silêncio, mas somente nos casos em que a lei expressamente assim autorizar.
- 
56. De acordo com o Código Civil, o casamento contraído por infringência de impedimento é
- (A) anulável, assim como o casamento do menor em idade núbil quando não autorizado por seu representante legal.
  - (B) anulável, diferentemente do casamento decorrente de vício da vontade, que é nulo de pleno direito.
  - (C) anulável, diferentemente do casamento do menor em idade núbil quando não autorizado por seu representante legal, que é nulo de pleno direito.
  - (D) nulo de pleno direito, diferentemente do casamento decorrente de vício da vontade, que é meramente anulável.
  - (E) nulo de pleno direito, assim como o casamento do menor em idade núbil quando não autorizado por seu representante legal.
- 

#### Direito Processual Civil

57. Em ação movida por Pedro contra José, este arguiu, em preliminar de contestação, sua ilegitimidade passiva, indicando Patrícia como sujeito passivo da relação jurídica discutida no processo. Nesse caso, de acordo com o Código de Processo Civil, o juiz deverá
- (A) facultar a Pedro a alteração da petição inicial para substituição do réu, sendo que, realizada a substituição, Pedro reembolsará as despesas de José, mas ficará isento do pagamento de honorários ao procurador deste.
  - (B) facultar a Pedro a alteração da petição inicial para substituição do réu, sendo que, realizada a substituição, Pedro reembolsará as despesas de José e pagará honorários ao procurador deste.
  - (C) extinguir o processo sem resolução do mérito, caso conclua pela ilegitimidade de José, sendo-lhe vedado facultar a Pedro a emenda da petição inicial para substituição do réu depois de apresentada a contestação.
  - (D) extinguir o processo com resolução do mérito, caso conclua pela ilegitimidade de José, sendo-lhe vedado facultar a Pedro a emenda da petição inicial para substituição do réu depois de apresentada a contestação.
  - (E) determinar a substituição de José por Patrícia, independentemente de pedido ou mesmo da concordância de Pedro, caso conclua que ela é, de fato, sujeito passivo da relação jurídica discutida no processo.
- 
58. De acordo com o Código de Processo Civil, a competência em razão do valor é
- (A) relativa, tal como a competência em razão da pessoa, podendo ser modificada por convenção das partes.
  - (B) relativa, tal como a competência em razão da função, não podendo ser modificada por convenção das partes.
  - (C) absoluta, tal como a competência em razão da pessoa, não podendo ser modificada por convenção das partes.
  - (D) absoluta, tal como a competência em razão da matéria, podendo ser modificada por convenção das partes.
  - (E) relativa, tal como a competência em razão do território, podendo ser modificada por convenção das partes.
- 
59. De acordo com o Código de Processo Civil, a distribuição do ônus da prova
- (A) pode ser modificada a critério exclusivo da parte hipossuficiente.
  - (B) pode ser modificada pelas partes, desde que plenamente capazes, ainda que torne excessivamente difícil a uma delas o exercício do direito.
  - (C) só pode ser modificada pelas partes se recair sobre direito disponível.
  - (D) nunca pode ser modificada por convenção das partes, por constituir matéria de ordem pública.
  - (E) pode ser modificada pelas partes por convenção feita antes do processo, mas não durante ele.
- 
60. De acordo com o Código de Processo Civil, a desistência da ação pode ser apresentada
- (A) somente até a sentença.
  - (B) somente até a contestação.
  - (C) somente até o saneamento do processo.
  - (D) somente até a citação.
  - (E) a qualquer tempo, inclusive depois da sentença.
-



**Discursiva-Redação**

**Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado [...] Capítulo 10. [...] 10.3 Na **Prova Discursiva-Redação**, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo-argumentativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral não atrelado necessariamente ao Conteúdo Programático de Conhecimentos Específicos referido no presente Edital. 10.3.1 A **Prova Discursiva-Redação** tem o objetivo de avaliar a proficiência em Língua Portuguesa em sua modalidade escrita, considerando a capacidade de compreender e expor argumentos com clareza, concisão, precisão, coerência e objetividade a respeito do tema e com base nos textos de apoio propostos, avaliando inclusive a correção gramatical, segundo os critérios definidos nos itens 10.4 a 10.9. 10.4 Considerando que o texto constitui uma unidade, os itens discriminados a seguir serão avaliados em estreita correlação, do que não decorre proporcionalidade na atribuição dos pontos para cada um deles: 10.4.1 **Conteúdo – até 4 (quatro) pontos:** a) perspectiva adotada no tratamento do tema; b) capacidade de análise e senso crítico em relação ao tema proposto; c) consistência dos argumentos, clareza e coerência no seu encadeamento. 10.4.2 **Estrutura – até 3 (três) pontos:** a) respeito ao gênero solicitado; b) progressão textual e encadeamento de ideias; c) articulação de frases e parágrafos (coesão textual). 10.4.2.1 A nota será prejudicada, proporcionalmente, caso ocorra, quanto ao Conteúdo, abordagem tangencial, parcial ou diluída em meio a divagações e/ou colagem de textos e de questões apresentados na prova. 10.4.3 **Expressão – até 3 (três) pontos:** A avaliação da expressão não será feita de modo estanque ou mecânico, mas sim de acordo com sua estreita correlação com os demais critérios, considerando-se: a) desempenho linguístico de acordo com o nível de conhecimento exigido; adequação do nível de linguagem adotado à produção proposta e coerência no uso; b) domínio da norma culta formal, com atenção aos seguintes itens: estrutura sintática de orações e períodos; propriedade vocabular; concordância verbal e nominal; pontuação; regência verbal e nominal; emprego de pronomes; flexão verbal e nominal; uso de tempos e modos verbais; grafia e acentuação. 10.5 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na **Prova Discursiva-Redação**, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto Federal nº 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 10.6 Será atribuída nota **ZERO à Prova Discursiva-Redação** que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos no item 10.4 deste Capítulo. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível; h) não atender aos requisitos definidos na grade correção/máscara de critérios pela Banca Examinadora. 10.7 Na **Prova Discursiva-Redação**, a folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção pela Banca Examinadora. 10.8 Na **Prova Discursiva-Redação, para os candidatos a cargos de nível superior**, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de **30 (trinta) linhas** e máximo de **40 (quarenta) linhas**, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. [...] 10.9 A **Prova Discursiva-Redação** terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 6 (seis) pontos**.

**Tempos vivos da História**

*Na modernidade, o conceito de progresso atingiu um prestígio absoluto: muitos acreditam que vivemos apenas em função de um futuro consagrador, numa progressão contínua. Tal concepção de tempo elege esse ansiado futuro como um patamar a ser obsessivamente buscado e pode, muitas vezes, anular o sentido de tudo o que já se viveu no passado.*

*O historiador Eric Hobsbawm (1917-2012) afirmou que nunca o conhecimento da História foi tão importante em nosso tempo, justamente porque nos dias que correm nosso passado histórico foi relegado a um segundo plano, quando não simplesmente “cancelado”. Hobsbawm lembra que todas as nossas experiências contemporâneas têm forte vínculo com experiências do passado da humanidade. O que é moderno e aspira ao progresso não se desvincula do que já existiu, mas continua traçando seu caminho. Conhecer a História não é, portanto, passear por meras curiosidades do passado da humanidade; é reconhecer dentro do nosso tempo as fortes raízes que permanecem vivas e iluminadoras no caminho que estamos seguindo.*

**Com base no que se afirma, redija um texto dissertativo-argumentativo no qual você exponha com clareza sua posição crítica diante do tema nele tratado.**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	



12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	

R A S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO